

## **Discursos Conservadores e Direitos Humanos: Entrevista com Denise Carreira**

Denise Carreira<sup>1</sup>  
Amanda Mendonça<sup>2</sup>  
Fernanda Moura<sup>3</sup>

**Resumo:** Entrevista realizada por Amanda Mendonça e Fernanda Moura com a professora e ativista feminista e pelo direito à educação, Denise Carreira. Ao longo da conversa com a professora e do resgate de sua trajetória profissional e como ativista, é possível reconhecer parte significativa das principais lutas travadas nas últimas décadas no Brasil pelo direito à educação. A entrevista aborda, ainda, uma análise sobre a relação entre discursos conservadores e direitos humanos no período mais recente e atual do país, destacando o papel da "Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação: em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas" nos embates recentes relacionados a movimentos como o Escola sem Partido, militarização das escolas e campanhas anti-gênero na educação.

**Palavras-chave:** Educação; Conservadorismo. Direitos Humanos

---

<sup>1</sup> Educadora popular, mestre e doutora em Educação pela USP e pós-doutoranda em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). [denisecarreira@usp.br](mailto:denisecarreira@usp.br)

<sup>2</sup> Doutora em Política Social. PPGedu- FFP/ UERJ. [amandademendonca@gmail.com](mailto:amandademendonca@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em ensino de história. Doutoranda PUC-Rio. [fernandapmoura@gmail.com](mailto:fernandapmoura@gmail.com)

Denise Carreira é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), vinculada ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA). Educadora popular, é mestre e doutora em Educação pela USP e pós-doutoranda em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ativista de direitos humanos, foi coordenadora da Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Centro de Educação Popular e Direitos Humanos do Acre e da Coalizão Direitos Valem Mais: pelo fim do Teto de Gastos e por uma nova Economia.

Feminista antirracista, foi Relatora Nacional de Direitos Humanos da Plataforma DHESCA Brasil e fundadora da Iniciativa De Olho nos Planos, do Centro de Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos da Ação Educativa e da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação: em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas. É defensora do direito à educação de meninas e mulheres da Rede Internacional de Ativistas do Fundo Malala, com ampla experiência no desenvolvimento de metodologias participativas e na formação de profissionais de educação. Foi presidente do Conselho dos Direitos da Mulher de Rio Branco (AC); integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; educadora da Rede Mulher de Educação; consultora do Fundo de Gênero da Embaixada do Canadá; e coordenadora do projeto Gênero e Educação, da Ação Educativa.

Integrante do Grupo Interministerial que elaborou a proposta do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, foi expositora em defesa das ações afirmativas com recorte racial no histórico ciclo de audiências públicas do STF, realizado em 2010, coordenou recentemente com a professora Rosana Heringer (UFRJ) a pesquisa nacional Balanço da Lei de Cotas, com pesquisadores referências no campo das ações afirmativas – como Rodrigo Ednilson de Jesus, Paulo Vinicius da Silva, Dyane Reis, Eugênia Portela, Lúcia Isabel. Denise integra as associações acadêmicas ANPED, ANPAE, CEDES e ABPN e

os grupos de pesquisa "Pensamento, políticas e práticas em Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular" e "Discriminação, Preconceito e Estigma" do CNPQ.

**A professora pode nos contar um pouco da sua trajetória profissional e como ativista feminista antirracista e pelo direito à educação?**

Minha trajetória na educação está enraizada na educação popular freiriana, com a qual tive contato a partir da adolescência, em grupos periféricos da Zona Leste de São Paulo. Como jovem trabalhadora ingressante em curso noturno da universidade pública, integrei vários movimentos populares, o movimento estudantil e mergulhei nos movimentos de mulher e outros que atuavam por meio da educação popular feminista. Com base em todos esses vínculos, participei intensamente do processo Constituinte. Durante a graduação, atuei com projetos de extensão universitária junto ao movimento popular de mulheres na luta por creches, à associação de empregadas domésticas de São Paulo e a comunidades populares do Vale do Ribeira. Um marco da minha trajetória foi morar e atuar no Acre nos anos 1990, vivendo intensamente as contradições e potências do contexto da Amazônia Ocidental. Lá, coordenei o Centro de Educação Popular e Direitos Humanos do estado, a articulação de organizações Aquiri para o desenvolvimento de projetos territoriais comprometidos com a sustentabilidade socioambiental; e integrei ativamente o movimento feminista local, sendo uma das fundadoras da premiada Casa Rosa Mulher, de atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e de adolescentes exploradas pelos esquemas de prostituição de garimpos de Rondônia. A efervescência política da inventiva sociedade civil do Acre naquele momento – repensando paradigmas e modelos de desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo que enfrentava esquadrões da morte e toda uma violência contra defensores de direitos humanos – me rendeu muitas aprendizagens, amizades e “régua e compasso” políticos para toda minha trajetória. Sou muito grata! Foi nos anos de 1990, no contexto preparatório da Conferência Internacional da Mulher de Beijing e na

atuação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que me aproximo do movimento de mulheres negras e que estabeleço uma relação de vida com o Geledés – Instituto da Mulher Negra, fonte de aprendizagens, parcerias e de provocações para o repensar sobre a minha branquitude. Meu retorno a São Paulo combinou o ingresso no mestrado na Faculdade de Educação e nas equipes da Rede Mulher de Educação e do Cedec. Entro no campo da educação escolar, quando sou selecionada para trabalhar na equipe do Cenpec, que reunia diferentes perspectivas e equipes, uma delas oriunda da gestão Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação da prefeita Luiza Erundina. Em 2002, me aproximo da organização Ação Educativa e em 2003, assumo a coordenação geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por meio da qual lidero processos como a construção da proposta de Custo Aluno Qualidade Inicial, junto com o professor José Marcelino Rezende Pinto (USP-Ribeirão Preto); a luta por um Fundeb pra Valer e pela Conferência Nacional de Educação; e outros que culminaram com a fundação da Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação. Permaneci quase vinte anos na Ação Educativa, organização de direitos humanos e educação popular, na qual mergulhei profundamente no desenvolvimento de tantas iniciativas políticas importantes, sempre em rede. Com apoio da Ação Educativa, exerci três mandatos como Relatora Nacional de Direitos Humanos da Plataforma Dhesca, realizando muitas missões de investigação em todo o território nacional. Sou um “bicho de fronteiras” que busca tensionar a relação políticas educacionais duras e as chamadas políticas das diferenças; educação popular e educação escolar; cotidiano e macropolíticas; pesquisa e ativismo; buscando teoricamente se ancorar nas chamadas categorias de articulação e no debate das teorias críticas de justiça com base na intersecção gênero, raça e renda, atenta à produção de conhecimentos latino-americanos e do hemisfério sul global. Nos últimos anos, de ascensão da extrema-direita no Brasil e de ataques sistemáticos às escolas públicas e às agendas de gênero, raça e sexualidade, uma das minhas frentes de estudo e de atuação passou a ser o fenômeno ultraconservador na educação.

**A professora foi Relatora Nacional de Direitos Humanos da Plataforma DHESCA Brasil<sup>4</sup>. Como você analisa a relação entre Discursos Conservadores e Direitos Humanos no período mais recente da história do Brasil?**

Este é um fenômeno bastante complexo e mutante, que nos desafia. Me filio à linha de análise que compreende que os movimentos ultraconservadores não somente atacam a noção de direitos humanos conquistada e explicitada nas normativas nacionais e internacionais, mas têm disputado essa noção em arenas locais, nacionais e internacionais. Essa atuação busca reconfigurar a noção de direitos humanos com base em um discurso ancorado em elementos religiosos que manipula uma aparente supervalorização da ideia de proteção de “vulneráveis” – de crianças e adolescentes, das famílias, dos mais pobres, de grupos discriminados. Esse discurso tem sido utilizado para: fortalecer a ideia de tutela, esvaziando o reconhecimento dessas populações como sujeitos de direitos; atacar políticas de enfrentamento de desigualdades e de combate a discriminações, com base na defesa e na naturalização da ordem profundamente hierárquica de nossas sociedades; promover pânico moral, desinformação, censuras e perseguições, em especial, na educação, corroendo a democracia.

**Em 2016, a Plataforma Dhesca Brasil se reposicionou politicamente e direcionou sua atuação para novos eixos e desde então os enfrentamentos aos marcadores de desigualdades aparecem como prioritários. Pode nos falar mais sobre esta mudança / redirecionamento e uma possível aproximação como a conjuntura de avanço conservador em diversas partes do mundo, mas em especial, no Brasil?**

---

<sup>4</sup> A Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil é uma rede formada por 45 organizações e articulações da sociedade civil, que tem como objetivos desenvolver ações de promoção e defesa dos direitos humanos e incidir em prol da reparação de violações. Constituída em 2002, a Plataforma Dhesca Brasil tem como princípio a afirmação de que todas as pessoas são sujeitas de direitos e, como tal, devem ter todos os direitos assegurados para garantir as condições de vida com dignidade.

A Plataforma Dhesca nasceu no Fórum Social Mundial em 2002, em Porto Alegre (RS), como um esforço de sociedade civil, visando articular a atuação de movimentos sociais, organizações e redes vinculados a diferentes campos de direitos humanos (saúde, educação, moradia, trabalho, meio ambiente, alimentação, terra e território, direitos sexuais e reprodutivos etc.) e às lutas de diferentes sujeitos políticos (feministas, negros, indígenas, trabalhadores do campo e das cidades, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiências etc.) com base na noção indissociável dos DHESCA – direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Me lembro com emoção dessa cerimônia de nascimento e da energia colocada pelas pessoas e diferentes coletivos. A noção contra hegemônica dos DHESCA representava uma provocação potente para uma atuação mais articulada. Uma das inovações da Plataforma DHESCA foi a criação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, inspiradas nos Relatores Nacionais de Direitos Humanos da ONU, que realizam missões de investigação sobre violações de direitos humanos em territórios, em profunda articulação com movimentos sociais, para produzir relatórios que não somente apresentam um diagnóstico dos problemas, mas recomendações para que Estado supere essas violações. Relatórios lançados em espaços de poder, como o Congresso Nacional, e ecoados local, nacional e internacionalmente, inclusive em instâncias da ONU e da OEA, tensionando políticas públicas e, muitas vezes, gerando avanços. Para além dos Relatórios, as missões de investigação são processos que fortalecem demandas e amplificam vozes e proposições dos diferentes territórios e sujeitos de direitos. Fui eleita Relatora Nacional de Direito Humanos à Educação e exerci mandatos entre 2007 e 2012, com assessoria de Suelaine Carneiro, do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Em 2017, fui reconduzida pelo Comitê de Seleção – composto por organizações da sociedade civil, agências da ONU, Ministério Público Federal e Conselho Nacional de Direitos Humanos - como Relatora Nacional de Direitos Humanos para coordenar a missão nacional sobre os Impactos da Política Econômica de Austeridade nos Direitos

Humanos, permanecendo até 2022. Missão que resultou na criação em 2018 da Coalizão Direitos Valem Mais: pelo fim do Teto de Gastos e por uma nova economia, que em um esforço intersetorial articulou diferentes atores para tensionar a política econômica e democratizar o debate sobre economia por meio da educação popular. Ao longo de seus mais de vinte anos, a Plataforma DHESCA passou por muitas fases e transformações, sempre tendo como base processos internos e externos de debate político, avaliação e de planejamento participativo. Com mais de cem missões de investigação das Relatorias, o enfrentamento das desigualdades sempre esteve no centro de sua atuação desde a origem. Nesse processo, ao longo dos anos, determinadas relatorias chamamos a atenção para a necessidade de uma maior centralidade de uma perspectiva comum e explicitada de gênero e raça na DHESCA, que viesse a se articular com as abordagens de outras desigualdades sociais. Um dos marcos desse processo de amadurecimento e de debate interno foi conduzido pela ativista negra Lúcia Xavier, da organização Criola, nos anos de 2014 e 2015. Em 2016, outra transformação: a Dhesca experimenta um novo modelo de funcionamento de suas relatorias nacionais, que deixam de estar focadas em temas ou direitos específicos, e passam a conformar um grupo de relatores nacionais de direitos humanos, instigados a trabalhar conjuntamente a partir de seus diferentes acúmulos em uma perspectiva dhesca, interseccional e intersetorial. Como parte desses processos, é realizada a macro missão nacional sobre os Impactos das Políticas de Austeridade nos Direitos Humanos e definidos os eixos prioritários das futuras missões: Racismo, letalidade policial, encarceramento, segurança pública; Terra, território, meio ambiente e grandes projetos de infraestrutura; e Austeridade, direitos humanos e políticas públicas. Em 2021, é incorporado mais um eixo de atuação: Censura, criminalização de defensores de direitos humanos e ataques à liberdade de expressão e ao direito à comunicação. Outro destaque, em meio a tantas mudanças e enfrentamento em uma conjuntura extremamente adversa para o campo de direitos humanos, foi a adoção de critérios explícitos em 2017 de ação afirmativa com

recortes de raça e gênero na seleção dos Relatores Nacionais de Direitos Humanos, que ganharam ainda mais força na seleção de novos relatores em 2023.

**Como uma das fundadoras do “De Olho nos Planos”, iniciativa que busca ampliar e pluralizar o debate público sobre a importância da participação no monitoramento de Planos de Educação, como a professora analisa toda a movimentação que ocorreu entre 2010 e 2014 em torno do PNE e da chamada “ideologia de gênero”?**

Lançamos em 2013 a Iniciativa De Olho nos Planos no Fórum Nacional da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) com o objetivo de promover a participação popular na construção e no monitoramento de planos de educação, como política de estado. Entendo a política de estado como uma política de médio e longo prazos que busca enfrentar um dos desafios históricos da sociedade brasileira: a descontinuidade das políticas públicas, em especial, da política educacional. Não há como enfrentar nossas profundas desigualdades educacionais e avançar rumo à educação de qualidade efetivamente para todas as pessoas sem fortalecer um planejamento de médio e longo prazos com metas precisas e condições adequadas de financiamento. Na Iniciativa De Olho nos Planos, a participação foi assumida não somente como um direito de toda a pessoa de participar das decisões que afetam a sua vida e de sua comunidade, mas como fator de qualificação das políticas públicas. Impulsionada pela Ação Educativa, a Iniciativa De Olho nos Planos foi liderada por um Comitê de Parceiros composto por instituições e redes com amplo reconhecimento na área educacional como a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, o Unicef, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Undime e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), com apoio da Fundação Carlos Chagas. A Iniciativa participou ativamente para barrar a atuação de movimentos ultraconservadores na tramitação do Plano Nacional de Educação no

Senado Federal – que levou a retirada em 2014 à menção à igualdade de gênero no texto do PNE. Em 2014, a Iniciativa lançou no Fórum Nacional da Undime a Campanha Nacional “GêneroNosPMEs: Igualdade de gênero sim! DiscriminaçãoNão!”, em aliança com a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, visando sensibilizar gestores educacionais, parlamentares, gestores escolares, conselheiros de educação a resistir a investida de grupos fundamentalistas religiosos e outros movimentos ultraconservadores pela retirada de gênero dos planos municipais e estaduais. Acompanhamos de perto as disputas em várias cidades brasileiras e atuamos diretamente em escolas públicas atacadas por esses grupos e nos embates que marcaram a tramitação do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, que envolveram verdadeiras batalhas campais, com o uso de gás lacrimogêneo, em frente à Câmara Municipal.

**A atual “Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação: em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas” tem obtido grandes vitórias políticas e jurídicas no que tange tanto o direito à educação quanto aos direitos das mulheres. Você poderia nos contar um pouco sobre como foi concebida, como, quando e por que se articulou e as estratégias que a articulação adotou nesses anos em que existiu sob a sua coordenação?**

A Articulação tem atuado incansavelmente nos últimos anos contra perseguições e o cerceamento de escolas, universidades, profissionais de educação e gestões educacionais por movimentos antidemocráticos, que têm dominado setores do aparato estatal. Destacarei aqui três momentos da construção desse esforço coletivo, que foi contínuo desde o final dos anos 2000, com maior ou menor intensidade, em prol de uma ação articulada e estratégica entre organizações de educação, direitos humanos, feministas, negras, LGBTQIA+, sindicais, acadêmica, do campo religioso progressista contra os ataques crescentes às escolas e às políticas educacionais por grupos

ultraconservadores. A origem da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação remonta à mobilização de organizações da sociedade civil por meio do Grupo Educação e Laicidade contra a aprovação da Concordata Brasil-Santa Sé, acordo firmado na Cidade do Vaticano em novembro de 2008. O Acordo previa, entre outros pontos, a criação do Estatuto Jurídico da Igreja Católica, estabelecendo o ensino religioso confessional cristão em escolas públicas. Apesar das reações de vários setores da sociedade civil contrários ao Acordo na imprensa e para além dela, a aprovação do Acordo foi comemorada pela cúpula da Igreja Católica e por parlamentares evangélicos como uma conquista suprapartidária, envolvendo partidos da situação e da oposição no Congresso Nacional. Em agosto de 2010, a Procuradoria-Geral da República propôs ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questionando o Acordo Brasil-Santa Sé e, especificamente, o ensino confessional em escolas públicas. A ADI n. 4.439 se somou a outra Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação em 2004, sobre o ensino religioso confessional na rede estadual do Rio de Janeiro. A ADI n. 4.439 recebeu sete Amici Curiae, documentos que expressam posições favoráveis ou desfavoráveis à Ação por parte de setores da sociedade. Nesse contexto, foi apresentado um Amicus Curiae apresentado por nós, Ação Educativa, ECOS – Comunicação em Sexualidade, Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Conectas e Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Educação da Plataforma Dhesca, que teve como documentos-base a pesquisa sobre o Ensino Religioso em Escolas Públicas do país (2009) e o Informe preliminar da Relatoria Nacional de Educação da Plataforma Dhesca (2010) sobre missão de investigação referente à crescente intolerância religiosa em escolas públicas, caracterizada como fenômeno de racismo religioso. O segundo marco do processo de construção da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação se deu no âmbito do desenvolvimento e desdobramentos do projeto Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda nas políticas educacionais, apoiado pelo edital público da Secretaria de Políticas

para Mulheres (SPM), na gestão da Presidenta Dilma Rousseff, implementado entre 2014-2016 pela Ação Educativa em parceria com Geledés – Instituto da Mulher Negra, Cladem – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher e Ecos. O projeto nasceu da mobilização nacional decorrente da construção do Informe Brasil – Gênero e Educação (2011), coordenado por mim, na condição de integrante da Ação Educativa e de Relatora Nacional de Direito Humano à Educação da Dhesca, como parte do Informe latino-americano promovido pelo Cladem sobre a situação da equidade de gênero na educação dos vários países do continente, ação da Campanha Latino-americana por uma Educação Não Sexista e Antidiscriminatória. Apresentado no Congresso Nacional e na reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos na OEA, e atualizado em 2013, o Informe brasileiro apontou desafios da agenda de gênero na educação, recomendações para avanços nas políticas educacionais e denunciou o crescimento da atuação ultraconservadora nas escolas e na gestão educacional como fator de interdição da agenda. Com estratégias multidimensionais – formação, comunicação, incidência política, pesquisa, articulação para produção de ações e posicionamentos coletivos –, o projeto Gênero e Educação foi um dos principais espaços de produção de resistência contra o avanço das forças ultraconservadoras na educação; apresentando representações e denúncias ao Ministério Público Federal; produzindo materiais e formações para as escolas; atuando junto com a Iniciativa De Olho nos Planos com campanhas sobre a importância da igualdade de gênero, raça e diversidade sexual destinadas a secretárias e secretários municipais de Educação; atuando no Congresso Nacional em articulação com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e com redes feministas, no enfrentamento desses grupos na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Em articulação com propostas da Relatoria Nacional de Educação da Plataforma Dhesca, o projeto Gênero e Educação foi responsável não somente por ações de resistências, mas pela proposição e aprovação de uma agenda positiva nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE), destinada ao fortalecimento dos marcos normativos em educação. O terceiro marco da construção da

Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação se deu a partir de 2018, coordenada pela equipe Gênero e Educação da Ação Educativa, com apoio do Fundo Malala. Naquele ano, o Fundo procurou a Ação Educativa na perspectiva de contribuir para sustentar ações de resistência contra o fenômeno ultraconservador na educação, ações que vinham sendo mantidas a partir de 2016 por esforço institucional em articulação com parceiras históricas. Uma das iniciativas realizadas em 2018 foi o lançamento de um Apelo Público ao STF com diversas assinaturas institucionais em vários jornais, solicitando que Suprema Corte pautasse o julgamento de ações inspiradas no movimento Escola sem Partido. O Apelo Público foi articulado ao lançamento da primeira versão do nosso Manual contra a Censura nas Escolas, assinado por oitenta organizações, em um esforço de construção coletiva com vários parceiros, com apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – na época, ocupada pela procuradora Débora Duprat – e do Fundo Malala. Com propostas de estratégias jurídicas, políticas e pedagógicas para as escolas, o Manual foi construído com o objetivo de ser um instrumento prático que vinha responder ao crescimento acelerado das perseguições, interdições e de campanhas de desinformação ocorridas em âmbito escolar, no contexto da eleição presidencial que elegeu Bolsonaro. Nos anos seguintes, a Articulação tem sido espaço importante de enfrentamento das estratégias de censura às escolas e redes de ensino nos anos do governo Bolsonaro. É fundamental destacar que esses grupos ainda perseguem estudantes e profissionais da educação que combatem o racismo, o sexismo e a LGBTQIA+fobia nas unidades educacionais, mesmo com as decisões de julgamentos unânimes do Superior Tribunal Federal (STF) em 2020 que estabeleceram a inconstitucionalidade da atuação do movimento Escola sem Partido e dos demais grupos ultraconservadores, o dever do Estado brasileiro promover a igualdade de gênero por meio da educação, e o direito de crianças e adolescentes acessarem nas escolas conhecimentos humanístico e científicos para além dos defendidos pelas doutrinas religiosas e políticas de suas famílias, entre outros avanços.

**A Articulação apresentou no final de 2022 à equipe de transição do governo federal uma carta contendo medidas necessárias para enfrentar o fenômeno de censura nas escolas, que se agravou durante o governo Bolsonaro. O documento reforça a defesa de um ambiente educacional democrático, comprometido com os princípios constitucionais de liberdade de ensino, do pluralismo de concepções pedagógicas e com a promoção do direito à educação em direitos humanos e para igualdade de gênero, raça e sexualidade no país. Quais foram os principais pontos destacados no documento e ações emergenciais defendidas pela Articulação?**

A Carta encaminhada à equipe de transição propôs medidas urgentes para dismantelar dispositivos autoritários na educação e retomar a capacidade do Estado de promover uma educação que combata as desigualdades e promova uma cultura de direitos humanos, com justiça social, racial e de gênero. Na ocasião, remetemos a Carta não somente ao Núcleo de Educação, mas também à Coordenação dos Núcleos da Equipe de Transição, em decorrência de apresentarmos demandas referentes à educação que ultrapassam o escopo do Ministério da Educação e envolvem a ação do então Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), Relações Exteriores, Igualdade Racial, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação, entre outros. Na Carta, defendemos que o Estado brasileiro se pautasse pela laicidade na educação pública, pelas normas nacionais e internacionais de direitos humanos e pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2020. Apresentamos quatro medidas emergenciais. A primeira delas, a extinção imediata do Programa Nacional de Implantação de Escolas Cívico-militares pelo governo Bolsonaro e desmilitarização e retomada civil das escolas (instituído por meio do Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019). A segunda medida emergencial, o reposicionamento do governo federal no Congresso Nacional na perspectiva contrária às propostas de regulamentação/descriminalização da educação domiciliar e de projetos inspirados no Movimento Escola Sem Partido. A terceira

medida emergencial, a retomada da cláusula de exclusão de livros discriminatórios e fim da imposição do método fônico no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A quarta medida cobrada por nós foi o fim do Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos do Disque 100 e a retirada do termo falacioso “ideologia de gênero” de qualquer portaria, decreto e documento oficial do governo federal. Defendemos a imediata reinclusão no Disque 100 de categorias como identidade de gênero e orientação sexual em separado, bem como indicadores de tipologia de crimes contra a população LGBTQIA+, tais como homofobia e transfobia, conforme preceito constitucional de equiparação ao crime de injúria racial. Na Carta, também nos somamos a outros movimentos e articulações da área educacional que defendem a revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) e de várias normas infralegais aprovadas no governo Bolsonaro, como o decreto da Política Nacional de Educação Especial (Decreto n. 10.502/2020) e dos pareceres do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE n. 6/2020 e n. 1/2021 que tratam da oferta da educação de jovens e adultos, precarizando ainda mais a modalidade. Como agendas positivas, destacamos a necessidade da retomada da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão no MEC, conquistada no primeiro mês do governo Lula; a promoção de uma campanha nacional de estímulo à mudança de nomes de escolas públicas vinculadas a personagens históricos das ditaduras militares e da colonização violenta do país; a retomada e fortalecimento da institucionalidade participativa (Fórum Nacional de Educação, Conferências Nacionais de Educação etc.) e de programas e políticas de formação docente comprometidos com a promoção da igualdade de gênero, raça e sexualidade, como o Gênero e Diversidade na Escola (GDE); a retomada e atualização do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação para as Relações Étnico-Raciais e implementação das Diretrizes de Educação Escolar Indígena e das Diretrizes de Educação Escolar Quilombola, assim como a ampliação e o fortalecimento das políticas de ação

afirmativas com critério racial e social na graduação e na pós-graduação, entre outros pontos.

**Esse documento reforçou a necessidade de que o Brasil abandonasse o Consenso de Genebra e retomasse os compromissos internacionais do Estado brasileiro com a igualdade de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos. Pode nos explicar no que Consiste este Consenso, quais os impactos para a educação no país e em especial nas questões de gênero e por que era tão relevante que o Brasil abandonasse este consenso?**

Na Carta, nos somamos ao pedido de outras entidades e movimentos de direitos humanos para que o Brasil deixasse de integrar o Consenso de Genebra, aliança internacional criada em 2020, com forte protagonismo do governo Bolsonaro, composta por 36 países, que visa desconstruir os direitos sexuais e reprodutivos nos marcos legais e políticas públicas, com base em uma noção restritiva de família, com forte repercussão para a área educacional e para os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+. Como já apontavam outras manifestações, a saída do Brasil deste Consenso constituía uma ação urgente para fazer frente aos sistemáticos ataques transnacionais contra as políticas de igualdade de gênero. A saída do país, concretizada e declarada publicamente pelo governo Lula em 16 de janeiro deste ano, retomou o compromisso internacional do Brasil com a promoção de agendas multilaterais de direitos humanos tal qual se observa em nossa trajetória histórica junto aos organismos internacionais.

**Como defensora do direito à educação de meninas e mulheres da Rede Internacional de Ativistas do Fundo Malala<sup>5</sup> quais seriam as ações prioritárias a**

---

<sup>5</sup> Inspirado pelas raízes de Malala e Ziauddin Yousafzai como ativistas locais no Paquistão, o Fundo Malala estabeleceu em 2017 a Rede de Ativistas pela Educação (Education Champion Network) para investir, apoiar o desenvolvimento profissional e dar visibilidade ao trabalho de mais de 80

**seu ver para eliminar as barreiras que impedem meninas de ter acesso à educação escolar de qualidade?**

Destacaria a necessidade de um programa nacional robusto de promoção da igualdade de gênero, raça e sexualidade na educação. Como revelado pela pesquisa Educação, Valores e Direitos, realizada pela Ação Educativa e Cenpec – entre eles, o Instituto DataFolha – e em parceria com a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, cerca de 90% da população defende como fundamental a abordagem de gênero, raça e sexualidade como forma de prevenir o abuso sexual, a violência intrafamiliar, o racismo, o sexismo, a LGBTfobia. Silenciar sobre essas agendas significa mantê-las sequestradas pela extrema-direita que as utiliza para fins de pânico moral, pânico político, desinformação, atacando não somente os direitos das meninas e mulheres, da população negras e das pessoas LGBTQIA+, mas atacando e corroendo a própria democracia. Nossa pesquisa Educação, Valores e Direitos revela que há inúmeras brechas junto à população para a retomada dessas agendas na política educacional, com a proposição de Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação, Gênero e Sexualidade pelo Conselho Nacional de Educação e implementação efetiva da LDB alterada pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em toda a educação pública e privada do país. Junto com a retomada de uma política planejada de promoção da igualdade de gênero, raça e sexualidade na educação, é fundamental a criação de um programa Nacional de Proteção do Professorado contra os ataques realizados por movimentos autoritários que promovem perseguições, censura, autocensura, desinformação. Constatamos a existência de uma perseguição sistemática ao professorado como fenômeno que não se esgotou com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro. Precisamos de um programa de proteção do professorado comprometido

---

educadores de oito países que trabalham a nível local, nacional e global em defesa de mais recursos e mudanças políticas necessárias para garantir educação secundária a todas as meninas.

como os princípios constitucionais da liberdade de cátedra e do pluralismo de ideias pedagógicas, do ensinar, aprender e pesquisar, que contemple a criação de um Observatório Nacional sobre Perseguições a Profissionais de Educação, associado a medidas protetivas. Nosso Manual contra a Censura nas Escolas, apoiado pelo Fundo Malala, pode ser uma das bases desse Observatório, que foi proposto pelo Movimento das Professoras e Professoras contra o Escola Sem Partido, integrante da coordenação colegiada da nossa Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação.

#### Conservative Discourses and Human Rights: An interview with Denise Carreira

**Abstract:** Interview carried out by Amanda Mendonça and Fernanda Moura with the professor and feminist activist and activist for the right to education, Denise Carreira. Throughout the conversation with the teacher and the recovery of her professional trajectory and as an activist, it is possible to recognize a significant part of the main struggles fought in recent decades in Brazil for the right to education. The interview also addresses an analysis of the relationship between conservative discourses and human rights in the country's most recent and current period, highlighting the role of the "Articulation against Ultraconservatism in Education: in Defense of the Right to Education and against Censorship in Schools " in recent clashes related to movements such as Escola sem Partido, militarization of schools and anti-gender campaigns in education.

**Keywords:** Education; Conservatism. Human rights

**Recebido: 26/08/2023**

**Aceito: 26/02/2024**